

Raças, etnias e políticas educacionais: reflexões sobre a inclusão através da reserva de vagas para negros na Uerj

Clarissa F. do Rêgo Barros*

Resumo

No contexto atual as Políticas de Cotas Raciais viabilizam uma alternativa de inclusão para negros no Brasil. Buscando entender o racismo no Brasil e a construção da questão racial como uma das unidades formadoras da identidade brasileira, este artigo procura refletir sobre em que medida o critério de raça consegue realmente incluir os negros na sociedade.

Palavras-chave: Raça. Educação. Política de Cotas.

Uma breve introdução para maiores reflexões e explicações teóricas

“Convido a todos os negros e negras presentes na platéia a participar das reuniões do Denegrir e aprofundar as questões abordadas na aula de hoje.”¹ Por que apenas negros e negras? A fala citada de um aluno da Uerj determinou a reflexão sobre questões pertinentes ao debate da questão racial e das políticas públicas voltadas

* Historiadora. Pós-Graduação em História. Mestranda na Faculdade de Serviço Social da Uerj. Bolsista Faperj. Endereço: Av. Nossa Senhora de Copacabana 1229/802. Copacabana. CEP 22070011. Rio de Janeiro. E-mail: clfrbarros@yahoo.com.br

para inclusão de negros a partir de critérios raciais.

Por meio de uma história simples e interessante² descrevem-se exemplos das relações raciais brasileiras descritas em falas cotidianas, num Brasil que clama, não mais veladamente, pelo reconhecimento e conhecimento das diferenças e identidades culturais.

Clarissa F. do Rêgo Barros e Tainá Souza, duas jovens estudantes do mestrado de Serviço Social da Uerj, resolveram se matricular no II Curso de Extensão História e Cultura do Negro no Brasil, organizado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da Uerj em parceria com o Sempre Negro – Coletivo de Professores Negros da Uerj, que tem como objetivo discutir temas como ensino sobre a África nas escolas, pensamento social brasileiro, religião, entre outros assuntos estudados por professores negros da Uerj e intelectuais interessados em cultura negra no Brasil.

Logo no ato de matrícula, a ficha de inscrição exigia, além dos dados pessoais, a declaração da cor. Tainá indagou-se a respeito da necessidade de se identificar como uma cor específica, já que, como natural de Manaus, possui na família influências indígenas, negras e brancas, optando por não declarar a cor que justificava seu fenótipo e características étnicas, enquanto eu, sem pestanejar ou disfarçar a cor clara e olhos azuis, declarei – branca.

A primeira aula com a professora e Doutora Elielma Ayres Macha-

do³ colocava como alvo de discussão a construção do conceito de raça e do pensamento social brasileiro, um tema bastante polêmico e pertinente a questões atuais levantadas pelo movimento negro como o “Estatuto de Igualdade Racial” e as Políticas de Cotas Raciais, na medida em que ambos os temas aludem ao problema de um racismo estrutural, que explica a diferença social e econômica entre brancos e negros. Com base nesta idéia, alguns intelectuais referem que tais diferenças são produtos históricos, fruto de construções raciais hierarquizantes que privilegiavam europeus em detrimento de africanos e indígenas. Tais teorias e conceitos justificavam a superioridade de uma raça sobre a outra e a conseqüente dominação de brancos europeus sobre as demais raças ditas inferiores, que, diante do jugo colonial, foram subjugadas e escravizadas.

O tema do seminário lotou o auditório da Uerj com uma platéia colorida e diversa, reunindo um grupo de alunos negros, que se destacavam pela beleza dos cabelos crespos e penteados afros, fossem tranças ou *black powers*, com flores enfeitando as madeixas e bijuterias coloridas das mulheres, cordões de sementes, *dreads*, barbas e toucas. Esses jovens apresentavam idéias radicais e falas que misturavam paixão e revolta em relação à situação do negro no Brasil, assumindo posturas que justificavam a desigualdade social entre brancos e negros na escravidão,⁴ determinando que o caminho para a superação do racismo era assumir o Brasil como um país ra-

cista por formação. As falas iam além, puxando o debate para as Políticas de Cotas Raciais, apontando a importância deste sistema para a inclusão de negros como uma alternativa à exclusão histórica e urgente para o alcance da igualdade racial no país.

Enquanto um movimento social se manifesta teoricamente expondo inquietações quanto sujeito histórico participativo e ativo, o debate se enriquece frente a diferentes interpretações e experiências, mas se a teoria impossibilita a compreensão e participação comum, cria-se um problema de interlocução entre os diferentes setores da sociedade, como observamos nesta fala específica: “Convido a todos os negros e negras presentes na platéia a participar das reuniões do Denegrir e aprofundar as questões abordadas na aula de hoje”, que exclui os não-negros presentes no seminário de discutir e entender reivindicações que fazem parte de um projeto comum à sociedade: a superação do racismo e das desigualdades sociais.

O contato com esses jovens militantes determinou a observação de uma de suas falas durante o seminário, que levanta questões em torno do conceito de raça, identidade e, também, da importância de uma política racial como forma de inclusão. Em que tipo de inclusão estariam interessados os defensores das cotas e das políticas raciais como promoção de igualdade?

No contexto atual neoliberal e globalizante da economia, os movimentos sociais emergiram com diferentes configurações, que objetivam o alcance dos debates e direitos sociais em torno

da heterogeneidade do mundo do trabalho.⁵ O cenário possibilita o aparecimento de reivindicações étnicas, culturais e sociais que, na efervescência da luta contra a desigualdade social, assumem posições ativas e muitas vezes radicais em relação a um diálogo com a sociedade.

Observar esses jovens alunos, muitos cotistas,⁶ outros interessados na militância, assumindo uma posição radical, não só no discurso como na interlocução com os demais alunos interessados em debater o racismo à brasileira e o mito da democracia racial, desvela conceitos históricos, na medida em que assumem um posicionamento importante para o conhecimento da história cultural do negro, mas, ao mesmo tempo, fecham-se para a sociedade como forma de evitar futuras assimilações diante de um racismo invisível aos olhos de quem não o sente pela cor ou pela condição social e, até mesmo, acredita não existir.

Essas reflexões são importantes na medida em que alguns movimentos sociais, como o movimento negro, têm obtido apoio do Estado através da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), cuja ministra, Matilde Ribeiro, tem atuado em favor de políticas públicas, e, principalmente, ações afirmativas visando à inclusão e à diminuição da desigualdade entre brancos e negros no Brasil. Contudo, é necessário perceber que algumas colocações feitas pela ministra causaram polêmicas em torno do possível aumento do racismo no Brasil diante de políticas que privilegiassem categorias raciais num país miscigenado.

Em uma entrevista à revista *Caros Amigos* em novembro de 2006, a ministra Matilde Ribeiro declara de forma taxativa sobre a reserva de vagas para negros nas universidades públicas: “É melhor que haja brancos ressentidos do que não ter negros na universidade.” Essa declaração, analisada de forma isolada, como um argumento fora do contexto, serviria de alavanca para a construção de uma idéia de racismo às avessas, ou segregação de brancos, porém essa não foi a intenção da ministra. A defesa da reserva de vagas para negros na universidade é pressuposto do mesmo raciocínio da construção de uma democracia racial, na qual negros e brancos convivem em absoluta harmonia, de tal forma que se torna difícil diante da construção de identidade brasileira híbrida definir quem é branco ou quem é negro no Brasil. Em outras palavras Matilde afirma: “Nossa forma de segregação é tão sutil a ponto de acreditarmos que ela não existe.”

Entre discursos que apontam o caminho da inclusão de negros e pobres pela universalização e o outro que justifica a desigualdade no racismo estrutural, indagar-se sobre os novos rumos do pensamento social brasileiro e das políticas públicas em pauta é questionar-se sobre os lugares sociais ocupados por negros e brancos na sociedade. Por que negros e brancos vivem e ocupam espaços definidos na sociedade? O que é ser branco ou ser negro no Brasil? As categorias raciais são suficientes para incluir sujeitos históricos em país onde se acredita

não existirem raças? Qual é o papel das cotas raciais em diálogo com o movimento negro na luta pela igualdade racial?

Historicizando e teorizando a discussão de raça no Brasil

As teorias racialistas surgidas no século XIX na Europa atribuíam as diferenças físicas e culturais dos seres humanos a características raciais. Os diferentes níveis de desenvolvimento entre as sociedades eram explicados pela ciência a partir da aptidão de cada povo a se adaptar a determinado espaço e dominá-lo.

A antropologia e a ciência analisavam os níveis de desenvolvimento físico por meio de medições de crânios humanos que deram nomes a três grandes grupos raciais: o *negróide* (negros), o *caucasóide* (brancos) e o *mongolóide* (asiáticos). Dentro dessas categorias, as diferentes etnias e culturas agrupavam-se e eram identificadas e analisadas como objetos por autores como Gobineau e Spencer.

Com os estudos de Darwin sobre a evolução das espécies, o conceito de raças humanas ganhou um olhar social e economicista. Em tempos de imperialismo os países europeus transcreveram o olhar empírico darwinista para uma dimensão social, responsável por analisar a adaptabilidade dos seres humanos e seus níveis cognitivos, ou seja, o desenvolvimento social já estudado pela antropologia ganhou um

caráter evolutivo e as raças humanas passaram a adquirir hierarquias de importância. O darwinismo social do século XIX determinou a superioridade de uma raça sobre outra e acabou sendo utilizado pelas potências europeias como uma teoria de dominação que serviu para justificar a escravidão e colonização das demais raças.

No Brasil, as teorias racialistas assumiram um caráter clínico e eugênista, aportando nas terras nacionais entre o final do século XIX e início do século XX. Historiadores como Caio Prado Jr. e Sergio Buarque de Holanda, contemporâneos da década de 1930 e dos modernistas clássicos, justificavam o atraso na escravidão, não no negro ou na cultura africana, opondo-se a matrizes racialistas. Para estes historiadores o sistema escravista havia substituído a idéia de trabalho e prosperidade individual presente no interior da ética protestante capitalista, como escreveu Max Weber.⁷ Os colonos portugueses assumiam uma postura de exploração, não de desenvolvimento social; os que colonizaram permaneceram acumulando, exportando riquezas e fortalecendo o tráfico de escravos.

O escravo não era escravo só pelo fato de ser negro. A escravidão era uma prática existente na Europa e na África há séculos. Os presos de guerra, indigentes ou filhos de escravos contribuíam para o sistema escravista, que em muito ajudou a sustentar civilizações antigas, como a romana e a egípcia, entre outras grandes sociedades.

No Brasil a utilização do negro como mão-de-obra em função do indígena foi fruto da lucratividade e das relações entre Portugal e África com o comércio de escravos. O preconceito e o racismo contra a cultura negra e as demais etnias africanas migradas para o Brasil foram consequência do fardo escravista assumido no Brasil, determinando a construção de um lugar social diferenciado para negros e brancos. É importante perceber que o ideal racialista inviabiliza a mobilidade social do negro no Brasil na medida em que os africanos foram classificados antropologicamente como inferiores aos europeus.

Com o início do processo de modernização e industrialização no Brasil no início do século, após a abolição em 1888 e a proclamação da República em 1889, o médico baiano Nina Rodrigues, sob influência do racismo científico,⁸ justificou o atraso brasileiro com base em observações relacionadas ao clima, condições de higiene e aspectos da população brasileira, principalmente em análises das culturas negra e indígena. Nina assumiu um olhar conservador não só quanto ao aspecto cultural dessas etnias como à própria miscigenação brasileira.

No final do século XIX o legado escravista e a cultura negra eram interpretados como um entrave à modernização e ao alcance do desenvolvimento europeu. A miscigenação na ótica racialista justificava a pobreza e desnutrição da população como uma herança das raças inferiores. No início do século XX, o governo brasileiro

assumiu uma postura adotada anteriormente por dom Pedro II, que implicava o incentivo às imigrações européias, tendo em vista que os novos imigrantes eram mais qualificados não só pela localização espacial, como também pelas características raciais. Nesse contexto de abolição e de uma nova oportunidade de mercado para os negros livres, os italianos, alemães, japoneses, entre outros estrangeiros recém-aportados no Brasil, ocuparam os novos postos profissionais oferecidos pela indústria crescente e plantação de café.

Apesar da inspiração européia para a construção do Brasil, na década de 1930, com a influência do movimento modernista da de 1920, intelectuais como Gilberto Freyre e médicos como Arthur Ramos e Juliano Moreira apresentaram um novo olhar à identidade brasileira, procurando substituir os conceitos de raça e mestiçagem por uma visão cultural,⁹ procurando quebrar a visão racista. A obra de Gilberto Freyre *Casa grande e senzala* é, de todas, a mais emblemática ao traduzir em suas longas páginas as relações sociais e culturais entre os negros da senzala e os senhores da casa grande, um convívio diário que determinou a construção de uma visão positiva da mestiçagem: o hibridismo.

Segundo Freyre, as influências culturais para a construção e formação da sociedade patriarcal brasileira foram múltiplas. O negro possui uma contribuição maior do que a do indígena, que foi quase totalmente assimilado pela Igreja e pelos hábitos cristãos.

Ao contrário, os negros passaram a conviver na intimidade dos senhores, circulando e atuando no interior das casas grandes e senzalas; a cultura negra infiltrou-se e misturou-se à portuguesa nos dialetos, na alimentação e na criação de muitos filhos de senhores.

O negro no Brasil, nas suas relações com a cultura e com o tipo de sociedade que aqui se vem desenvolvendo, deve ser considerado principalmente sob o critério da história social e econômica. Da antropologia cultural. Daí ser impossível – insistirmos neste ponto – separá-lo da condição degradante de escravos, dentro da qual abafaram-se nele muitas das melhores tendências criadoras e normais para acentuarem-se outras, artificiais e até mórbidas. Tornou-se assim o africano um decidido agente patogênico no seio da sociedade brasileira. Por “inferioridade e raça”, gritam então sociólogos arianistas. Mas contra esses gritos se levantam as evidências históricas – as circunstâncias de cultura e principalmente econômicas – dentro das quais se deu o contato do negro com o branco no Brasil. O negro foi patogênico, mas a serviço do branco, como parte irresponsável de um sistema articulado por outros (FREYRE, 2003, p. 404).

Nas palavras de Freyre, a cultura mestiça é positiva e uma criação tipicamente brasileira, da fusão das três raças; assim, o fardo do atraso, da exclusão e da pobreza não é estigma racial e, sim, consequência de um sistema patológico como a escravidão.

Com esse mesmo pensamento junto a Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil contemporâneo, Raízes do Brasil*, de Sergio Buarque de Holanda, a obra *Casa grande e senzala*, de

Gilberto Freyre, completava a tríade de pensadores e historiadores que, após a revolução de 1930, romperam o ideal racista aderindo a influências sociais, econômicas ou culturais para o entendimento acerca da formação da sociedade brasileira.

O pensamento social brasileiro e a idéia da inexistência de raças

A visão positiva sobre a mestiçagem não alterou a noção de aculturação e assimilação provocada pela construção de uma sociedade híbrida, fundida em valores culturais diversos e particulares. A quebra do conceito de raça na Europa apareceu no século XX com estudos na área de biologia que possibilitaram progressos dentro da genética humana através do Projeto Genoma.

O avanço da genética possibilitou a criação de apenas uma raça, a raça humana, contrariando as divisões raciais do século XIX. Com essa descoberta, os diferentes cruzamentos garantiam características fenotípicas distintas, não raciais, tendo em vista que a configuração genética de todos os seres humanos era única. Contudo, a utilização do conceito de raça prevaleceu; apesar de biologicamente incorreto, grande parte das ciências humanas continuou a utilizá-lo como forma de estudos sociais.

No Brasil a idéia de branqueamento proveniente do estímulo à imigração européia pelo governo e as

teorias raciais foram muito combatidas pela visão culturalista, contudo a idéia positiva da mestiçagem não anulou a visão conservadora de muitos intelectuais da época e as práticas discriminatórias e excludentes contra os diferentes grupos étnicos.

O ideal de *democracia racial*,¹⁰ implícito no pensamento dos intelectuais da década de 1930, determinou a visão harmoniosa das desigualdades e da convivência entre negros e brancos no Brasil. A omissão histórica perante as resistências indígena e negra à escravidão diante da crença de um convívio sem objeções contribuiu para a idéia da não-existência de um racismo no Brasil, ou melhor, de um racismo explícito e direto, obscurecido pelas relações sociais e aceitação entre negros e brancos no mesmo espaço, mesmo que negros e brancos ocupem lugares sociais distintos.

A forma como os conceitos de raça e cultura foram assimilados pelos clássicos da década de 1930 influenciou na construção de armadilhas ideológicas, na medida em que se eliminou a idéia de raças com a genética, introduzindo o conceito de etnias a partir da década de 1970, que englobava questões de gênero, culturais, sexuais e fenotípicas.

Trata-se aqui de um racismo por analogia ou metaforização, resultante da biologização de um conjunto de indivíduos pertencendo a uma mesma categoria social. É como se essa categoria social racializada (biologizada) fosse portadora de um estigma corporal. Temos nesse caso o uso do conceito popular, qualificando de racismo qualquer atitude ou comportamento de rejeição e injustiça (MUNANGA, 2003, p. 9).

Para Munanga (2003), torna-se difícil aniquilar do imaginário social representações de imaginários coletivos e conceitos construídos historicamente. A ampliação da questão racial com base na visão étnica não eliminou o racismo clássico, que apenas foi alimentado por uma nova idéia e categoria mais aceitável ou politicamente correta.

Qual seria a importância de mito de democracia racial para as relações raciais brasileiras? Por que a idéia de racismo no Brasil é camuflada?

Essas questões permitem relacionar o mito com um desejo coletivo, no qual, em comparação com outros países, como os EUA e a África do Sul, o racismo e a intolerância determinaram a separação espacial e social de negros e brancos de forma direta e aberta. No Brasil, o racismo e a discriminação, apesar de existirem, não impedem o convívio aberto de negros e brancos, contudo assume uma posição de entrave e mobilidade social, na medida em que a alocação dos maiores grupos de pobreza se dá entre os negros nas regiões de periferia e favelas das grandes cidades. A questão não está em negar a pobreza de brancos e negros, e, sim, em observar a maneira como negros e brancos estão sujeitos à exclusão e à pobreza no Brasil, para, então, refletir sobre a importância e necessidade de políticas raciais para a inclusão de negros e diminuição do afastamento social entre estes grupos étnicos.

Refletindo sobre a reserva de vagas para negros na Uerj. Que tipo de inclusão esperamos?

Se o racismo na sociedade brasileira é travestido e invisível a olho nu de quem o declara e só é compreensível diante da experiência daqueles que o sofrem, em que medida a viabilização de categorias raciais buscando a inclusão de etnias discriminadas historicamente resolveria o problema?

O governo brasileiro, na figura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não só prometeu pagar a dívida histórica contra a discriminação dos diferentes grupos étnicos no Brasil, durante a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo ocorrida em Durban na África do Sul em 2001, como também criou a Seppir.¹¹ A agenda levantada pelo governo viabilizava a inclusão de setores excluídos historicamente pela implementação de políticas de ação afirmativas¹² nas universidades brasileiras, voltadas para negros, indígenas, estudantes de escolas públicas e deficientes físicos, contribuindo para o debate e conhecimento da situação da grande maioria de brasileiros.

Em 2003 a Uerj estabeleceu o sistema de ação afirmativa, determinando a reserva de vagas para negros, estudantes de escolas públicas e deficientes físicos. O processo de implementação das cotas deu-se por meio de um conjunto de leis estaduais: a lei

nº 3 524/00, que estabeleceu 50% das vagas para estudantes da rede pública; a lei nº 3 708/01, que destinou 40% das vagas de cotas para negros e pardos, e a lei nº 4 061/03, que reservou 10% das vagas para deficientes físicos. O critério inicial do ano de 2003 causou problemas para a identificação de negros, tendo em vista que a construção social privilegiou o discurso hibridista¹³ e a dificuldade de autodeclaração, somatizada à intenção de autodeclaração para o alcance da oportunidade de passar para uma universidade pública, abriu o debate em torno do racismo e da construção da identidade nacional brasileira. Atualmente, diferentes metodologias de classificação de cor têm sido adotadas pelas universidades brasileiras que já aderiram ao sistema de cotas para negros, mas na Uerj o candidato que se inscreve por cotas raciais se autodeclara duas vezes: no início da inscrição, ou seja, no ato do preenchimento do questionário socioeconômico, e na opção pelo tipo de cotas.

Segundo o IBGE, a autodeclaração é o sistema utilizado para determinar os grupos de raça/cor no país, determinando três grandes grupos divididos estatisticamente: brancos, negros (pardos e pretos) e amarelos. O problema estaria em definir e separar racialmente uma sociedade mestiça.

A auto-declaração inevitavelmente apresentará distorções, já que o nosso sistema identitário é relacional, ou seja, somos também classificados por outras pessoas. Na verdade, há espaço para a manipulação da mestiçagem: qualquer jovem mestiço pode

classificar-se como pardo, porém nem todo jovem mestiço se reconhece ou é reconhecido como negro no Brasil (REZENDE, 2007. p. 20).

O sistema de classificações de cor não causa dúvida somente no indivíduo que não consegue identificar a sua cor. Se pensarmos na situação descrita no início do artigo, a classificação da cor exigida na inscrição para a matrícula do curso de extensão deixou Tainá confusa por nunca ter se identificado culturalmente com nenhuma matriz cultural formadora da identidade nacional, porém numa situação de ameaça ou limite o grupo de maior influência da sua região de origem – Manaus –, ou seja, a indígena, ganhou força na declaração de defesa de uma cultura fundadora perante a outra privilegiada no momento da palestra. Este mesmo raciocínio permite pensar nos milhares de brasileiros que possuem dificuldade de definir ou assumir uma identidade particular ao se declarar como preto, branco, pardo ou amarelo. É muito comum que o convívio com movimentos sociais, estilos de música e manifestações culturais isoladas auxilie este indivíduo a construir e perceber a influência das matrizes culturais formadoras da identidade nacional e garantir a aproximação com o grupo étnico do qual se sente mais próximo. A própria resposta do grupo Denegrir em não aceitar membros de outra cor que não seja a negra parte de uma lógica não só de isolamento como também de construção identitária de um determinado grupo étnico.

A discussão acerca da genética da ancestralidade acabou por pontuar as diferentes tendências genéticas e matices culturais dos brasileiros, identificando em porcentagem a contribuição dos genes africanos, europeus e indígenas. É interessante do ponto de vista da análise do DNA a descoberta de uma sociedade fundada na multiculturalidade, porém, ao determinar três grupos geradores, a diversidade tende novamente à homogeneidade, contribuindo para a assimilação de diferentes traços fenótipos existentes na África, Europa e entre as tribos indígenas brasileiras.

Durante esses quatro anos de política de cotas da Uerj inúmeras pesquisas foram realizadas para o conhecimento do perfil dos alunos que entram por cotas e, também, das dificuldades que eles têm sofrido para se manter na universidade. Desde 2003 a universidade modificou os critérios de seleção, tendo em vista os problemas do primeiro ano com o critério racial, somatizando a esta categoria a condição social; portanto, além de negros os candidatos por cotas para negros, devem também ser pobres e comprovar renda inferior a um salário mínimo.

É importante perceber que a Uerj se coloca hoje como uma instituição emblemática por meio de vivências e experiências suficientes capazes de contribuir para legitimação da Política de Cotas como uma política pública, na medida em que as cotas se encontram inseridas no cotidiano da instituição. A própria reitoria reconhece a importância desta política como uma

forma de inclusão, porém, diante do perfil dos estudantes, é preciso que exista um investimento de qualidade na escola básica e em políticas de assistência que garantam o acesso à e a permanência na universidade.

A inclusão que o movimento negro pretende e deseja está não só no reconhecimento da identidade negra e de sua ancestralidade africana para a construção nacional como também na transformação e reversão dos lugares históricos entre negros e brancos na sociedade, trazendo uma maior flexibilidade e mistura das profissões e espaços. A universidade é o ponto inicial, pois a transformação e o diálogo se dão pela construção do conhecimento crítico elaborado a partir dos cursos de graduação.

Nesse sentido, o pioneirismo da Uerj em políticas que reservam vagas para negros trouxe não só a transformação do perfil da própria universidade como também trouxe novos temas e trajetórias a serem discutidas, além de ter distribuído uniformemente este alunado entre os diferentes cursos de graduação na universidade. Essa é a importância das cotas raciais: a possibilidade de ampliar a diversidade na universidade, modificando os atores sociais e os limites espaciais construídos historicamente.

Uma análise estatística do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Uerj realizada em junho de 2004, sobre os estudantes cotistas matriculados no ano de 2003 e 2004 na Uerj, levanta dados sobre o perfil

dos estudantes pelas avaliações da renda *per capita* mínima dos candidatos, rendimento acadêmico e índice de pontuação no vestibular.

No vestibular de 2003 muitos estudantes negros entraram não só por vagas reservadas para negros como também por meio das vagas destinadas a estudantes de escola pública. Como o critério não estabelecia um padrão mínimo de renda *per capita*, os estudantes de 2003 que entraram por cotas raciais tinham um padrão social mais alto do que os que ingressaram

em 2004, quando a categoria pobre foi associada à negra. De acordo com os dados, 37% dos estudantes do total de 2003, ou seja, 1 073 estudantes dos 2 837, apresentaram renda *per capita* compatível com a exigida em 2004.

Outra observação estabelecida pela pesquisa avalia o desempenho dos alunos por meio da análise de coeficiente de rendimento acadêmico e também por índices de reprovação por nota ou faltas em relação com o grupo de biomédica, humanas e exatas, conforme as tabelas a seguir.

Tabela 1 – Coeficiente de rendimento

Coeficiente de rendimento (CR)	Não cotistas Em porcentagem %	Cotistas Em porcentagem %
CR = 0	13,65	6,88
0<CR<5	21,05	22,42
5<CR<7	18,20	21,84
CR>7	47,09	48,85
TOTAL	100	100

Tabela 2 – Índice de reprovação

Áreas Centros de Estudos Acadêmicos	Frequência Em porcentagem %		Notas Em porcentagem %	
	Cotistas	Não cotistas	Cotistas	Não cotistas
Centro Biomédico (CBI)	4,65%	11,04%	8,21%	1,84%
Centro de Ciências Sociais (CCS)	9,75%	15,86%	7,91%	4,46%
Centro de Tecnologia e Ciências (CTC)	13,02%	17,31%	21,76%	15,42%
Centro de Educação e Humanidades (CEH)	9,63%	15,27%	4,28%	1,97%

A análise comparativa das tabelas 1 e 2 entre alunos cotistas e não cotistas permite a conclusão de que a porcentagem do coeficiente dos alunos cotistas acaba por ser mais alta do que a dos alunos não cotistas. Quando verificamos os índices de reprovação, é possível perceber que os alunos cotistas são reprovados mais pelas notas do que pela frequência, com o que os alunos não cotistas superam os cotistas.

Esses dados permitem a conclusão de que a base escolar do aluno cotista é mais fraca do que a do aluno não cotista, porém, diante da oportunidade e da exigência da universidade, o aluno cotista acaba tendo uma frequência maior nas aulas pela esperança de acompanhar, ao passo que o não cotista desiste e é reprovado por faltas. Os índices de reprovação também estão relacionados à pontuação obtida pelo aluno no vestibular. Entre os alunos cotistas, as áreas de biomédica e tecnológica estão nos setores de pontuação mais baixa, conseqüentemente, as reprovações por nota entre os cotistas acabam por ser mais altas.

A análise estatística de frequência e nota é importante como um dado que permite a aproximação de alunos cotista e não cotistas, na medida em que ambos, independentemente da cor ou classe social, passam pelas mesmas dificuldades e estão sujeitos a problemas comuns de níveis acadêmicos e cognitivos. Por isso, a importância de aglutinar esses setores em espaços comuns, buscando a troca de

experiências cognitivas e sociais para o enriquecimento da universidade e dos cidadãos que estão sendo formados e preparados no interior acadêmico. Porém, com todas as modificações sociais que a universidade pública tem sofrido com as Políticas de Cotas, não devemos esquecer que essa política possui um caráter emergencial, não definitivo. Por isso, é fundamental refletir e exigir do Estado melhorias na escola básica, assim como a ampliação e investimento em instituições públicas de ensino superior.

Abstract

Races, ethnicities and educational policies: reflections upon inclusion through the reservation of places for black students at Uerj

In these days, the positive discrimination in Brazil is a social opportunity for black people to achieve the same opportunities as white people. But the identity of Brazilian society was built in myth that racism doesn't exist. This critical article reflects the importance of the racial criterion for inclusion the black people as a public political in Brazilian's universities.

Key words: Race. Education. Positive discrimination.

Notas

- ¹ Fala de um militante do movimento negro pronunciada no II Curso de Extensão sobre Cultura e História do Negro no Brasil, realizado em 2007 na Uerj, organizado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da Uerj em parceria com o Sempre Negro – Coletivo de Professores Negros da Uerj.
- ² A utilização da mistura de linguagem (coloquial e em forma de crônica) para exemplificar a história que definiu a publicação deste artigo tem o objetivo de aproximar o leitor à situação narrada.
- ³ MACHADO, Elielma Ayres. *Desigualdades raciais e ensino superior*: um estudo sobre as “leis de reserva de vagas para ingressos de escolas públicas e cotas para negros pardos e carentes” na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000-2004). Tese (Doutorado) - UFRJ, dez. 2004.
- ⁴ Estes jovens entendiam, teoricamente, o racismo brasileiro como uma construção oriunda do escravismo, como um modo de produção responsável por subjugar os negros africanos trazidos para o Brasil para trabalhar.
- ⁵ A heterogeneidade do mundo do trabalho é um conceito utilizado para sintetizar as inúmeras formas de se ganhar a vida e participar do sistema capitalista em tempos de flexibilidade.
- ⁶ Entendo para este artigo alunos cotistas, ou seja, que ingressaram no vestibular através da reserva de vagas, como uma das categorias para classificação de cotistas da Uerj, os negros pobres que compõem o universo de estudantes analisados. É importante perceber que atualmente os alunos que ingressam pela reserva para negros devem ser pobres e ter renda *per capita* inferior a R\$ 1 000.
- ⁷ WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito capitalista*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967.
- ⁸ Conceito criado e defendido por autores como Gobbineau, Spencer, Buckle, entre outros.
- ⁹ Conceito utilizado por PAIXÃO, Marcelo. O justo combate: reflexões sobre relações raciais e desenvolvimento. *Observatório da Cidadania*, Rio de Janeiro: Ibase, n. 10, Relatório 2006.
- ¹⁰ Conceito utilizado para descrever a idéia de que no Brasil as diferentes etnias convivem sem a idéia de um conflito direto.
- ¹¹ Secretaria de Promoção de Igualdade Racial comandada pela ministra Matilde Ribeiro
- ¹² “As ações afirmativas se definem por políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à

neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade” (GOMES, 2003). Retirado de: GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: LOBATO, Fátima; SANTOS, Renato Emerson (Org.). *Ações afirmativas*. Políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (Col. Políticas da cor), p. 21. Entende-se nesta pesquisa que a política de cotas é uma maneira de se efetivar as ações afirmativas.

- ¹³ De homogeneização cultural e étnica diante da mestiçagem.

Bibliografia

- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 47. ed. São Paulo: Global, 2007.
- FRY, Peter (Org.). *Divisões perigosas*. Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: LOBATO, Fátima; SANTOS, Renato Emerson (Org.). *Ações afirmativas*. Políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (Col. Políticas da cor).
- HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JUNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- MUNANGA, Kabenguele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3ª PENESB-RJ, 5/11/03, *Anais...*
- PAIXÃO, Marcelo. O justo combate: reflexões sobre relações raciais e desenvolvimento. *Observatório da Cidadania*, Rio de Janeiro: Ibase, n. 10, p. 59-70. Relatório 2006.

REZENDE, Maria Alice; SANTOS, Rafael. Educação, gênero, pobreza e a pertinência das ações afirmativas. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro: Ibase, ed. esp., n. 34, p. 18/26, jan./mar. 2007.

RIBEIRO, Matilde. Entrevista. *Caros Amigos*, n. 116, nov. 2006.

UERJ. *Acesso à universidade por meio das ações afirmativas*. Estudo da situação dos estudantes com matrícula em 2003 e 2004. Rio de Janeiro: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Uerj, junho de 2004.

ZORZETO, Ricardo. A África nos genes do povo brasileiro. *Pesquisa Fapesp*. Ciência e Tecnologia, n. 134, abr. 2007.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1967.